

poder



Guajajaras na aldeia Jenipapo, na Terra Indígena Arariboia, no Maranhão. Educação Anzelli / Folhapress

# Caçador matou índio guardião da floresta, diz Polícia Federal

Resultado do inquérito contraria organização indigenista de que teria ocorrido uma emboscada de madeireiros

Rubens Valente

**BRASÍLIA** O assassinato, com um tiro, do indígena guajajara Paulo Paulino, 26, em 1º de novembro passado, no Maranhão, ocorreu durante um conflito com caçadores de animais silvestres que entraram sem autorização na Terra Indígena Arariboia, apontou o inquérito aberto pela Polícia Federal. Um dos caçadores, Márcio Gleik Pereira Moreira, 37, também morreu no conflito, com um tiro.

A PF discordou da versão inicial dos indígenas de que teria ocorrido uma emboscada de madeireiros, mas reconheceu à Folha que os caçadores não tinham ordem para estar dentro da terra indígena. Paulino era um dos "guardiões da floresta", um grupo formado por guajajaras e hoje com 12 integrantes que atuam para proteger a Arariboia da invasão frequente de madeireiros e caçadores.

Outro "guardião", Laércio Guajajara, 34, também recebeu um tiro no conflito e passou a receber a proteção do Governo do Maranhão ao lado de outros dois "guardiões". O relatório final produzido pela PF no Maranhão foi encaminhado à Justiça Federal sem ser divulgado à imprensa. A PF indicou quatro pessoas, mas seus nomes também não foram revelados.

O Ministério Público Federal, que ainda pode pedir novas diligências e concordar ou não com o resultado do inquérito policial, informou que ainda não recebeu o resultado das investigações e se recusou a fornecer à Folha o nome do procurador da República responsável pelo caso.

O trecho de uma nota divulgada à imprensa pela PF contrariou o Cimi (Conselho Indigenista Missionário), vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

A PF informou, na nota, que "foi possível afastar as hipóteses relacionadas a conflitos étnicos ou mesmo por emboscada de madeireiros e indígenas, tudo convergindo para a conclusão de que o lamentável episódio se originou da troca de tiros motivada pela posse de uma das motocicletas utilizadas pelos não indígenas".

Em nota na quarta-feira (8), o Cimi contestou: "A Polícia

Federal, ao reduzir o assassinato de Paulo Guajajara a um lamentável episódio de troca de tiros, desconsidera uma história de mais de 40 anos de conflitos com madeireiros nesse território, ao longo dos quais os indígenas vêm sendo assassinados e tendo seus territórios destruídos sem que nenhum assassino seja punido".

"Ao desprezar o contexto de violência e de violações aos direitos e territórios indígenas, mesmo quando se trata de terras indígenas já demarcadas, a Polícia Federal demonstra sua opção política pela criminalização dos povos e de seus processos de luta por direito e por território, naturaliza o racismo institucionalizado pelo Estado e acaba por reforçar, com esta posição, as políticas de extermínio dos povos originários", diz a nota do Cimi.

A Folha procurou a PF para saber se as mortes ocorreram a partir da invasão da Arariboia por caçadores, o que não foi mencionado na primeira nota. Em resposta, a PF reconheceu que "conforme resultado das investigações, é possível afirmar que, apesar de proibido, não indígenas adentraram na Terra Indígena Arariboia para caçar, utilizando de motos que foram danificadas por indígenas. Esta constatação foi corroborada por várias fontes de informação, inclusive admitido por indígena diretamente envolvido nos fatos, sob o argumento de que pretendia impedir o retorno dos invasores ao local".



Paulo Paulino, morto em novembro, no Maranhão. Scott Wallace

A principal atividade dos "guardiões da floresta" tem sido a repressão aos invasores da terra indígena, o que inclui apreensão e destruição de equipamentos utilizados nos crimes ambientais.

Indagada se levou isso em conta ao falar de suposto "furto" da motocicleta, a PF respondeu à Folha que, "apesar da importância essencial para o fortalecimento dos valores étnicos e culturais dos povos primitivos (indígenas) e à preservação do meio ambiente", considera "importante ressaltar que o Estado detém a exclusividade de definir e executar atos próprios de preservação da ordem pública, não reconhecendo indistintamente a terceiros a legitimidade para a promoção de atos próprios dos órgãos de segurança pública ou de persecução penal". A PF informou que não iria se manifestar sobre a nota do Cimi.

Em dezembro, a Folha entrevistou a mãe de Márcio Gleik, Antônio Moreira Pereira, 55, no assentamento rural de Brasília (MA), que fica a poucos quilômetros do local das mortes. Ela se disse indignada com o noticiário sobre seu filho e afirmou que ele "não era madeireiro, não era bandido como dizem".

"Ele não era caçador [profissional]. Ele caçava por esporte, para comer. O caçador tem que ter a carteira. Meu filho era assentado há 17 anos. Uma pessoa do bem, que nunca ofendeu a ninguém. Meu filho era uma pessoa inocente, ele morreu por uma tragédia, uma covardia maior do mundo, com a qual eu nunca posso me conformar", disse Antônio.

Márcio deixou três filhos, o maior com 17 anos, o menor com 13. Ele estudou até a 8ª série. O pai foi assassinado numa briga de bar quando Márcio ainda era pequeno.

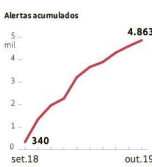
A Terra Indígena Arariboia tem sido alvo frequente de madeireiros e caçadores. Segundo dados de satélite coletados pelo ISA (Instituto Socioambiental), a invasão madeireira se agravou desde a campanha eleitoral que elegeu o presidente Jair Bolsonaro. De setembro de 2018 a outubro de 2019, os ramais abertos por madeireiros dentro da Arariboia cresceram 27%, de 981 km para 1.240 km.



População: 12 mil  
Área: 413 mil ha  
Povos: 3

## cresce tensão na Terra Indígena Arariboia (MA), invadida por madeireiros e caçadores

Alertas de desmatamento e abertura de ramais para extração de madeira ilegal tiveram alta expressiva em um ano

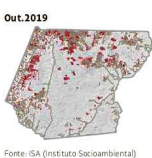


1.330% foi a alta nos alertas de desmatamento



27% foi o crescimento na área de ramais abertos por madeireiros

Alerta de desmatamento  
Ramal



Fonte: ISA (Instituto Socioambiental)

# Com verba de R\$ 9,3 mi, TV da Assembleia do Rio enfrenta disputa judicial

Catia Seabra

**RIO DE JANEIRO** Com orçamento anual superior a R\$ 9,3 milhões e previsão de contratação de 96 funcionários, a direção da TV da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro é alvo de uma disputa que já chegou à Justiça.

Em meio ao impasse, a TV Alerj ficou fora do ar por 24 horas no último dia 28 de dezembro após 23 dias de uma licitação contestada pelas empresas concorrentes.

A disputa envolve uma Casa Legislativa marcada por suspeitas que levaram à prisão de dez deputados estaduais do Rio nos últimos dois anos e em meio à previsão de mudança da sede da Alerj do Palácio Tiradentes para um antigo prédio do Banerj, após reforma de R\$ 150 milhões.

No caso da TV, a antiga operadora, a Digilab S/A, chegou a desativar seus serviços após ficar sem receber pelos serviços prestados desde novembro. O desligamento sinal aconteceu oito dias depois de a Alerj assinar contrato com a vencedora da concorrência, realizada em 5 de dezembro.

Apesar de formalmente contratada em 20 de dezembro, a vencedora, a Câmara 2, ainda não deu início à operacionalização da TV. A imediata prestação dos serviços era uma das exigências da licitação, conduzida por um afiliado político do ex-deputado Domingos Inácio Brazão (MDB).

Conselheiro afastado do TCE (Tribunal de Contas do Estado), Brazão foi denunciado pela Procuradoria Geral da República sob suspeita de fraudar as investigações sobre a morte da vereadora Marielle Franco (PSOL).

Brazão é padrinho político do subdiretor de TV da Alerj, o ex-assistente de câmara Luciano Silva de Souza, nomeado em fevereiro para o cargo após ter atuado em recentes campanhas do PSL, como a

do hoje senador Flávio Bolsonaro, filho do presidente. Informado que a Digilab questionara a licitação na Justiça, Luciano assinou, no dia 26, ofício proibindo o acesso de qualquer funcionário da Digilab às dependências da Assembleia.

A TV Alerj tem um alcance de 14 milhões de espectadores no cabo e via satélite para todo o Brasil. Mas sua audiência nunca foi medida, segundo a Folha apurou. A Digilab não foi a única a contestar os critérios da concorrência. As demais participantes questionaram os preços apresentados pela Câmara 2, alegando que não seriam suficientes para cobrir gastos de mão de obra e encargos. A proposta vencedora estimou um custo mensal de R\$ 775,892, totalizando R\$ 9,3 milhões ao ano.

Nos recursos apresentados à Assembleia e à Justiça, a Digilab afirma que a vencedora não apresentou atestação de responsabilidade técnica e expertise em transmissão via mochilink ou em NDI-HX, conforme exigido no edital. O governo do Rio decretou estado de calamidade financeira em 2016. Em setembro de 2017, foi homologado com o governo federal um acordo suspendendo por três anos o pagamento de juros e amortizações de dívidas do Rio com a União. Segundo a CPI da crise fiscal, a dívida ativa do estado é de R\$ 16 bilhões. A Assembleia do Rio afirmou que "o processo de licitação para contratação de empresa especializada na prestação e operacionalização de serviços da TV Alerj foi público e seguiu os princípios da lei de licitações".

"Seis empresas apresentaram propostas, com redução de 21% do valor base estimado e 10% inferior ao contrato com a atual operadora", disse.

Reinaldo Azevedo  
O colunista está em férias

# Ex-senador é preso por suspeita de caixa 2 em campanha no Pará

Lázaro Magalhães

**BELEM** A Polícia Federal prendeu nesta quinta-feira (8) o ex-senador pelo Pará Luiz Otávio Campos (MDB), por suspeita de intermediar caixa dois em 2014 para a campanha do hoje governador, Helder Barbalho (MDB).

O ex-senador é suspeito de envolvimento no repasse de R\$ 1,5 milhão não declarado à campanha de 2014, quando Barbalho concorreu ao governo estadual. Ele só foi eleito no pleito de 2018.

Desdobramento da Lava Jato, a operação Fora do Caixa cumpriu seis mandados de busca e apreensão e dois de prisão temporária em Belém, Palmas e Brasília.

As investigações partiram de delação de executivos da Odebrecht. Os depoimentos citam três entregas de R\$ 500 mil em dinheiro, entre setembro e outubro de 2014.

O recebimento teria sido intermediado pelo ex-senador, que estava vinculado à campanha do então candidato ao governo do Pará.

Os crimes sob investigação são falsidade ideológica eleitoral (caixa dois), formação de quadrilha e lavagem de dinheiro.

A superintendência da PF no Pará chegou a pedir autorização para busca e apreensão também na casa do governador Helder Barbalho (MDB). Segundo a PF, o pedido foi negado pela Justiça Eleitoral do estado.

mes que estão sendo investigados no Pará. A PF não nomeou os envolvidos, mas confirmou que dois desses têm envolvimento com política no Estado.

Em nota, a assessoria de comunicação do governo do Estado do Pará afirmou que "Helder Barbalho não é alvo da ação" da operação da Polícia Federal.

Em sua conta no Twitter, o governador afirmou que sua campanha ao governo do Pará em 2014 "foi feita dentro da legislação vigente à época".

A defesa de Luiz Otávio Campos disse que a prisão do ex-senador se baseou em "fatos que não são comprovados por nenhuma outra prova" além do depoimento prestado em delação.

A operação da PF no Pará ocorre um dia depois de uma denúncia do Ministério Público Federal à Justiça contra Lúcio Vale (PR), atual vice-governador do estado, e outras 31 pessoas suspeitas de integrar organização criminosa que teria desviado R\$ 39,6 milhões de recursos públicos de dez municípios paraenses.

Os desvios teriam ocorrido por meio de fraudes em licitações realizadas entre 2013 e 2017, com uso de empresas de fachada.

O governo do Pará diz que a defesa de Lúcio Vale não teve acesso à íntegra da denúncia e só irá se pronunciar depois disso. Os partidos MDB e PR não se manifestaram.